



# AS ETNIAS E OS OUTROS: AS ESPACIALIDADES DOS ENCONTROS/ CONFRONTOS

■ALECSANDRO J. P. RATTS - DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA/ UFC

*Ao geógrafo negro Milton Santos (1926 – 2001), que no ponto alto de sua carreira passou a abordar com muita propriedade esse tema.*

## **RESUMO**

NO MUNDO CONTEMPORÂNEO, AS RAÇAS E ETNIAS SE REDEFINEM E SE ESPACIALIZAM EM RELAÇÕES DE ENCONTROS/ CONFRONTOS. NO CASO BRASILEIRO, O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL PODE SER VISTO COMO UMA IDEOLOGIA GEOGRÁFICA NARRADA REGIONALMENTE. ESTE ARTIGO INDICA LEITURAS DE GEÓGRAFOS(AS) QUE ABORDARAM ESSES TEMAS E REFLETE ACERCA DA SITUAÇÃO DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS E NEGROS NO BRASIL.

**PALAVRAS-CHAVE:** NEGROS, ÍNDIOS, ESPACIALIDADES, GEOGRAFIA.

● conteúdo a expor nesta comunicação original de um duplo processo de amalgamar e aglutinar idéias e observações ao longo de uma década, período que corresponde ao tempo de antes, durante e depois dos cursos de mestrado e doutorado. Síntese teórica de uma "aventura intelectual" em curso – o trânsito entre os saberes disciplinares da geografia e da antropologia –, o texto refere-se também ao trabalho de campo concluído com grupos indígenas e comunidades negras rurais situadas no estado do Ceará.

Na primeira parte o olhar se volta inicialmente para um discurso regional que nega a presença negra e indígena na contemporaneidade e que apresenta como contrapartida o discurso nacional que se ancora sobretudo no mito da democracia racial que consideramos um mito geográfico. O pensamento dos intelectuais brasileiros, e especialmente cearenses,

acerca de índios e negros pode ser enquadrado entre "temas geográficos" e "ideologias geográficas": visões do espaço, do território e do lugar; discursos que tentam colocar as questões sociais como qualidades do espaço (Moraes, 1996).

Na segunda parte do texto o olhar se volta para outra direção: em todo o território brasileiro, notoriamente na região Nordeste, verifica-se a emergência de grupos que se identificam como indígenas e remanescentes de quilombos e são reconhecidos enquanto tais por segmentos do movimento social, da mídia, da universidade e do Estado. Esse aparecimento configura-se, em geral, com nítida dimensão espacial no tocante a reconhecimento de terras ocupadas, reivindicação de áreas perdidas e/ou rememoração de locais de importância simbólica.

Por fim procuramos tratar da relação entre raça/etnia e espaço enquanto um campo de encontros/confrontos, tendo em vista uma abordagem geográfica desses fenômenos.

#### A FÁBULA DAS TRÊS RAÇAS NO TERRITÓRIO CEARENSE —

Por todo o território brasileiro há versões regionais da participação dos principais segmentos étnicos formadores da nação brasileira. Roberto Damatta denomina essa narrativa de "fábula das três raças" (Damatta, 1993). A fábula tem várias acepções, dentre elas a de narração breve, de caráter alegórico, em verso ou em prosa, destinada a ilustrar um preceito (Ferreira, 1993). Nesse sentido podemos confrontá-la tanto com o mito, que é narrado de forma fragmentada, quanto com a narrativa histórica, uma construção temporal intencional. O fato de ser popular e alegórica não impede que a fábula adentre o mundo da ciência. Sendo assim, as três raças se cruzam no senso comum e no pensamento científico configurando um discurso acerca do espaço e do território.

A fábula em questão constitui uma versão do chamado "mito da democracia racial" que, seguindo a abordagem em pauta, pode ser considerado um mito geográfico ou mito espacial (Moraes, 1996). Essa reflexão advém da leitura de Antônio Carlos Robert Moraes que, a partir da imagem de um Brasil em permanente construção, com uma formação territorial inconclusa, formula a idéia de que o país passa a ser "identificado com o seu espaço, sendo a população um atributo dos lugares" (Moraes, 1996: 98). Em outra seção de seu texto, Moraes, trazendo Gilberto Freyre como principal enunciador do mito da democracia racial, ressalta: "O específico, o singular, é fruto da mestiçagem, da combinação de valores étnicos. As diferentes raças (índios,

portugueses e africanos) substantivam o nacional (MORAES, 1996:103-104)<sup>1</sup>.

Quando historiadores, folcloristas e antropólogos repetem por todo o século XX o enunciado de que "no Ceará não existem índios e nem negros" ocorre a supressão ou inclusão marginal de dois dos elementos da "fábula das três raças" na formação étnica e territorial do Ceará. Tal discurso se vincula ao processo de formulação das identidades nacional e regional, o que nos possibilita afirmar que o mito da democracia racial se espacializa Brasil adentro de forma diferenciada. Essa dinâmica pode ser acompanhada enquanto um processo histórico e cultural e para apreendê-la é necessário nos remetermos ao Brasil da segunda metade do século XIX.

1850 é o ano da proibição oficial do tráfico negreiro internacional e da promulgação da Lei de Terras, a partir da qual as aquisições de terra se dariam exclusivamente pela compra, além de abrir a possibilidade de incorporação aos "Próprios Nacionais" das antigas áreas indígenas, onde apenas haveria descendentes destes "misturados" à massa da população geral. Nesse período, no Ceará os grupos indígenas estavam em grande parte aldeados (e catequizados), além de outros dispersados ou tentando permanecer em suas áreas habituais (Porto Alegre, 1994: 22). Grupos negros estavam em grande parte na condição de escravizados nas principais cidades e vilas do Ceará (Oliveira Silva, 1988); livres, libertos e parte dos escravizados se congregavam em irmandades religiosas de pretos e pardos (Campos, 1980). A formação de quilombos é pouco referenciada.

No caso dos índios, a compreensão do processo de invisibilidade exige um retorno à década de 1860. Longe da concepção da história enquanto uma

seqüência de fatos, podemos listar uma série de acontecimentos que remetem ao contexto regional em que se configura a idéia de desaparecimento desse segmento étnico no Ceará.

Em 1863, um Relatório Provincial corrobora a idéia corrente em órgãos oficiais acerca da inexistência de "índios aldeados ou bravios", informa a presença de "descendentes" que estariam "misturados na massa geral da população" dos aldeamentos, e indica processos de "usurpação ou compra" das "terras pertencentes aos antigos aborígenes"<sup>2</sup>. Por outro lado, o relatório aponta a existência de posses individuais de índios em processo de regularização.

A idéia da extinção dos índios ganha força em obras literárias e historiográficas. Os primeiros livros de história do Ceará ratificam essa tese. Tristão de Alencar Araripe é exemplar: "Os indígenas entre nós já não são numerosos, e vivem por tal forma mesclados com a outra parte da população, que não é possível dar-lhes regímen diferente, segregando-os da comunhão dos demais cidadãos" (Araripe, 1958/1867: 65).

Na literatura desse período destaca-se José de Alencar com seu *Iracema*, cujo subtítulo é *Lenda do Ceará*, publicado no Rio de Janeiro em 1865. Nessa obra, Moacir, o "primeiro cearense", cujo nome significa "filho do sofrimento", é fruto da união de um branco, o colonizador Martim Soares Moreno, com uma índia, Iracema, que morre pouco depois de dar à luz seu rebento. O índio que sobrevive é Poti, irmão da protagonista que é cristianizado (Alencar, 1998: 74-82)<sup>3</sup>.

Tornou-se recorrente a tese da "quase ausência do negro" no Ceará, expressão cunhada por Raimundo Girão, principal historiador da abolição naquele Estado (Girão, 1971). A ínfima participação

negra na composição étnica cearense teria por motivo principal a baixa exigência de mão-de-obra escravizada na pecuária e no serviço doméstico (Girão, 1969). Além disso o Ceará, ao lado de outras províncias do "Nordeste", forneceu contingentes negros para os cafezais do "Sudeste", sobretudo na década de 1870.

É largamente conhecido que a abolição formal da escravidão no Ceará se deu em 1884, quatro anos antes da promulgação da "Lei Áurea", o que lhe deu o epíteto de Terra da Luz. Por outro lado, a historiografia regional não destaca o fato de que a maior parte da população negra na segunda metade do século XIX era livre ou estava liberta.

No entanto, durante mais de um século de produção intelectual (1860-1980) detectamos que historiadores, antropólogos e folcloristas perceberam, como exceção, a existência de núcleos negros rurais, como Bastiões e Conceição dos Caetanos (Riedel, 1988) e de grupos de "ascendência" indígena em determinadas localidades, como entre "os caboclos de Montemor", em área Paiaku (Bezerra, 1916). Suas obras apontaram igualmente práticas culturais como a festa dos Reis Congos (Nogueira, 1934) e a dança do torém dos "descendentes" dos Tremembé (Seraine, 1955)<sup>4</sup>.

Tendo como quadro geral a configuração de teorias raciais face ao processo de formação da intelectualidade brasileira e de suas instituições (Schwarz, 1993), o Ceará passa por uma complexa conjunção política e cultural, que vai se constituindo no desaparecimento dos índios, na emergência do caboclo e na construção de uma identidade regional em que a imagem indígena figura no passado idílico e a negra no reino das sombras. Índios e negros

tornam-se os principais grupos "invisibilizados" na formação do território cearense<sup>5</sup>. Desaparecer é deixar de ser visto (Porto Alegre, 1992). Se não existem índios e quase não há negros, praticamente não é possível identificar espaços próprios de nenhuma das três raças. O espaço tende a ser "desracializado" ou "desetnicizado".

#### O APARECIMENTO POLÍTICO DE INDÍGENAS E QUILOMBOLAS NO TERRITÓRIO BRASILEIRO \_\_\_\_\_

A extinção dos índios e a quase ausência dos negros ficam postas em questão face ao aparecimento político de grupos que reivindicam sua indianidade ou de reconhecida composição negra no Ceará, na década de 1980. Revisões historiográficas e pesquisas recentes fornecem outras visões do duplo fenômeno do desaparecimento e da emergência<sup>6</sup>. No cenário regional, após a chamada abertura política e constituição de movimentos sociais, os Tapeba e, posteriormente, os Tremembé estão entre os grupos que emergem com discurso indígena e demandando demarcações de terras, alçando espaço na mídia local e conquistando o apoio de parte da sociedade civil<sup>7</sup>. No mesmo período forma-se o movimento negro cearense e setores da imprensa e da universidade passam a identificar agrupamentos negros rurais, com destaque para Conceição dos Caetanos.

Foi ao encontro dos Tremembé e dos Caetanos que nos dirigimos para compreender parte do processo de configuração étnico-espacial das identidades indígena e negra no Ceará. Após um contato inicial com os movimentos indigenista e negro e com pessoas ligadas aos dois grupos em meados da década supracitada, somente em 1990 e 1991 pudemos visitar, respectivamente, Almofala,

distrito litorâneo do município de Itarema e Conceição, que se tornaria distrito de Tururu.

No início do século XVIII Almofala se constituiu como um aldeamento indígena que agregou parte dos índios Tremembé, habitantes do litoral dos atuais Estados de Maranhão, Piauí e Ceará (IBGE, 1987). Com uma organização intermitente o aldeamento é considerado extinto, à semelhança dos outros casos citados. Além disso, em razão do movimento de dunas, a igreja de Almofala ficou literalmente soterrada durante quase 50 anos (1898-1943).

No período em que iniciamos o trabalho de campo era franca a expansão da agroindústria de coco, que se dava em parte através do processo de grilagem dos terrenos de almofalenses. Quase não se falava na existência de índios naquela área que era, por outro lado, alvo de pesquisas com foco na dança do Torém entre as décadas de 1950 e 1970. Contatados pela FUNAI em 1986, foram alvo de um relatório desse órgão que identificou, em 1992, 2247 índios (FUNAI, 1992), trabalho que acompanhamos parcialmente.

Ali havia um complexo quadro de identidades: ser índio, ser Tremembé, além de uma auto-identificação, passava, não exclusivamente, por referências espaciais (ser ou ter antecedente nascido em Almofala ou nas cercanias), políticas (envolver-se na "luta" contra os posseiros e os fazendeiros). Podíamos encontrar famílias em que uns membros se incluíam nessas identidades e outros não. As narrativas orais indicavam que a terra era "da santa" (N. S. da Conceição, padroeira do aldeamento) ou "dos índios" e existiam lugares de valor simbólico singular como a Lagoa Seca onde viveram "os antigos Tremembé", apossada aquela época por não-índios (Valle, 1993; Ratts, 1999 e 1996a).

Como indicamos acima, os Caetanos de Conceição, conhecidos de segmentos da mídia e da universidade, eram tratados como exceção: *Cisto Racial Negro no Ceará* é, por exemplo, o título de um capítulo assinado por um historiador e antropólogo cearense (Riedel, 1988: 97-100). Originária de uma terra adquirida em 1884 por um homem negro livre chamado Caetano José da Costa, a localidade continha em 1998 cerca de 100 famílias distribuídas entre membros do grupo que se constituiu como a família Caetano, incluindo "gente de fora" que adentrou para o núcleo através do casamento (61 residências unifamiliares) e por "estranhos", caso das "pessoas de fora" que mantêm apenas relações de vizinhança (35 residências unifamiliares). Os Caetanos de Conceição são igualmente aparentados com moradores de Água Preta, outro agrupamento negro situado no mesmo município (Ratts, 1996a; 1996b).

Procuramos, então, elaborar um projeto de mestrado em Geografia com nítida interface com a Antropologia e que contemplasse o vínculo entre identidade étnica e território ou entre fronteiras étnicas e territoriais. Uma primeira dificuldade se interpunha no que diz respeito à transdisciplinaridade. Para a antropologia brasileira os dois segmentos eram tratados por ramos teóricos distintos: a Etnologia Indígena e os estudos de Relações Raciais. Paralelamente remetem às noções diferenciadas de etnia (índios) e de raça (negros). No que concerne à disciplina geográfica havia pouco interesse na temática étnico-racial<sup>8</sup>.

Um dos primeiros nexos observados se dava no caso da negação desses segmentos na formação da identidade regional, como foi aludido acima. Outra possibilidade se abriu na abordagem dos Caetanos de Conceição e dos Tremembé de Almofala

enquanto grupos étnicos retomando uma linhagem de estudos antropológicos da relação entre identidade e etnia (Barth, 1969; Cardoso de Oliveira, 1976; Carneiro da Cunha, 1987). No entanto, tínhamos um contato com a Geografia Cultural<sup>9</sup> e procurávamos, com base em Raffestin (1993), autor aberto à inclusão de raças e etnias, enveredar pela discussão do território para além (ou aquém) da circunscrição do Estado-Nação<sup>10</sup>.

Trabalhamos com a noção de território como "a construção de um lugar próprio" e como "um dado necessário à formação da identidade grupal/individual, ao reconhecimento de si por outros" (Sodré, 1978). Tomamos como pressuposto o pensamento que define o termo para além do espaço controlado pelo Estado-Nação, máxima da Geografia Política, considerando que o território vem a ser espaço apropriado por "um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível" (Raffestin, 1993/1980: 143), ou seja, por grupos, etnias, religiões, nações, empresas, Estados, etc..

O território, assim formulado, não se reduz à terra ocupada e abrange o espaço apropriado pelo grupo, ainda que seja nos limites da representação e do conhecimento produzido (Raffestin, Op. Cit.: 144). Essa noção inclui um repertório de lugares de importância simbólica, envolvendo agrupamentos não mais existentes onde residiram antepassados, porções de terra perdidas, localidades para onde migraram vários parentes e que se deseja conhecer: lugares acessados através de viagens, notícias, lembranças, saudades<sup>11</sup>. A construção dos dados em campo e o aporte teórico nos levavam a identificar um território étnico fragmentado na escala local, mas extenso e que excede os limites dos agrupamentos em foco, apoiado sobretudo pelo

parentesco, incluindo, todavia, uma aproximação política dos Tremembé e do Caetano com outros segmentos indígenas e negros.

Na década de 1990 o processo de aparecimento e identificação desses grupos continuou em plena vitalidade. Optamos por dar seguimento à pesquisa com uma rede de agrupamentos negros rurais levantada a partir de Conceição dos Caetanos e Água Preta e que abrangia as localidades de Goiabeiras e Lagoa do Ramo, situadas no município de Aquiraz, na Região Metropolitana de Fortaleza<sup>12</sup>.

Ao longo do contato com famílias negras na capital e no interior fomos mapeando rotas de interação que remetiam à fundação das comunidades negras rurais no final do século XIX, ao entrelaçamento entre elas e à migração para Fortaleza e para a região amazônica (Ratts, 2001). Esse outro trabalho foi desenvolvido na área da Antropologia, mantendo a interface com a Geografia e teve por base a relação entre identidade étnica e mobilidade territorial, aprofundando a noção de território referida, porém retornando brevemente a Ratzel (1990) e Max. Sorre (1955), cujos projetos interdisciplinares colocavam os deslocamentos de população em primeiro plano.

Concluímos que os grupos em foco combinam em geral a permanência no agrupamento negro rural de origem com o trânsito *por* e a constituição de núcleos de migrantes, o que ocorre por várias razões: 1. Há procura por trabalho em lugares distintos daquele de origem, mas onde existe o apoio dos parentes próximos (o que os assemelha a diversos segmentos migrantes); 2. Continua a preferência pelo casamento intra-étnico (o que os diferencia, em parte, de outros grupos urbanos ou rurais); 3. Entre os mais velhos e as lideranças observa-se o

desejo (ou o sonho) de preservação continuidade do "projeto" dos ancestrais fundadores dos agrupamentos rurais; 4. Há uma percepção do valor das diferenças (étnicas e outras) diante do processo de adaptação do modo de vida à contemporaneidade. Pode-se dizer que as migrações tornaram-se uma tradição para os moradores de agrupamentos rurais que procuram manter-se coesos apesar de toda a expropriação que ocorre no campo.

Para não alongar mais esse texto, é cabível reter algumas dimensões do processo de aparecimento de grupos indígenas e negros no Brasil. Primeiramente é fundamental apreender que esse aparecimento é político (Martins, 1993: 27). Num país em que "custa alto" ser índio ou negro, parafraseando mais uma vez Roberto Damatta (1976), a auto-atribuição de identidade vem acompanhada de demandas pela manutenção ou recuperação de direitos, sobretudo do acesso à terra, no caso em questão.

Em segundo lugar, como nos indica José de Souza Martins ao tratar de conflitos fundiários: "é necessário trabalhar com uma concepção de *amplitude de espaço* maior do que aquela envolvida em cada conflito fundiário e em cada enfrentamento tribal. Do mesmo modo, é necessário trabalhar com uma *dimensão de tempo mais dilatada* do que aquela que encerra um acontecimento singular" (Martins, 1993:71). Portanto, a escala local deve ser contraposta a outros planos de análise superando o aqui e agora dos acontecimentos.

Em terceiro lugar, seguindo essa linha de raciocínio, é mister perceber a dimensão que o fenômeno vem tomando no cenário nacional. No que tange aos povos indígenas brasileiros, principalmente aqueles situados no Nordeste e com destaque para o estado Ceará, há um "crescimento" da população. Esse

fato, que era conhecido entre indigenistas, tem a ver com a emergência de grupos que se afirmam ou são reconhecidos como índios nas áreas rurais e, principalmente, nas urbanas. O Censo de 2000 trouxe a público as estatísticas que indicam um aumento de 294 mil para mais de 700 mil índios em todo o país<sup>13</sup>.

No caso das comunidades de remanescentes de quilombos alguns levantamentos apontam a existência de mais de 800 localidades em todo o país, com maiores concentrações em Estados do Nordeste (Anjos, 2000) com estimativa de 2 milhões de quilombolas (FCP, 2000). A diversidade de formações (terras de uso comum, de herança, apossadas, doadas ou adquiridas levou a um repensar da noção de quilombo (Almeida, 1996) e tem impulsionado linhas de pesquisa nos campos da História, da Antropologia, da Geografia e disciplinas afins. No entanto, em cada região ou estado da federação persiste o que denominamos de "longa descoberta dos quilombos" (Ratts, 2000).

Esse aparecimento de grupos indígenas e negros, sobretudo no campo (mas não desvinculados do mundo urbano), comporta uma nítida dimensão espacial. Terras ocupadas ou perdidas são reivindicadas. A expressão remanescentes de quilombos torna-se em parte uma auto-identificação de habitantes de comunidades negras rurais marcadas por distintas formas de apropriação e de propriedade da terra. Fronteiras étnicas e espaciais estão em movimento. A mobilidade para as cidades do entorno das áreas indígenas ou quilombolas é fato conhecido<sup>14</sup>.

Por fim, o "jogo de espelhos" da identidade (Novaes, 1993) nos remete igualmente a um quadro complexo que se desdobra em situações e escalas variadas. Os encontros ou reencontros entre índios, negros e os outros quase sempre tornam-se

confrontos perceptíveis nos planos da linguagem, dos códigos simbólicos e da dimensão espacial. Não raramente emergem como conflitos territoriais e étnicos. Os *outros* aqui referidos o são sempre dentro de um quadro situacional, relacional ou contextual. Podem ser os moradores do interior ou do entorno de uma comunidade negra rural ou de uma área indígena com quem os habitantes dessas últimas não mantêm laços estreitos de parentesco e de articulação política. Podem ser os agentes sociais que ali intervêm – pesquisadores, repórteres, políticos, religiosos, advogados. Recebem diversos nomes – os brancos, os estranhos – mesmo quando evitam ser racializados ou etnicizados.

#### ETNIAS, RAÇAS E A GEOGRAFIA \_\_\_\_\_

Claude Raffestin nos diz que "as diferenças raciais e étnicas são um fator político, ora virtual, ora concreto" (Raffestin, 1993/1980), ou seja, emergem como fenômeno ou como possibilidade e se inserem num campo de poder. Etnias e raças não são temas ou "objetos de estudo" estranhos à Geografia. Em sua Antropogeografia Ratzel vislumbrava a existência de territórios dos grupos étnicos. Sorre afirmava que a "europeização do ecúmeno" através da colonização "implantou comunidades brancas por toda a terra" (Sorre, 1961: 237-238) Os principais trabalhos vinculados à Geografia Humana traziam capítulos acerca da distribuição espacial das raças. No entanto, o pensamento geográfico está informado pelas idéias em curso e a Geografia Moderna tem um vínculo pouco evidenciado com as teorias raciais e racistas que ora enfatizam a superioridade de uma raça/etnia sobre outra(s) ou desqualificam a variável raça na análise geográfica (Sodré, 1982; 119-120). Sem poder aprofundar essa revisão do papel das etnias e raças em

nossa disciplina, cabe ressaltar que não se trata apenas de levantar a distribuição espacial desses segmentos. Consideramos que estas são categorias estruturantes das relações sociais que ganham alta relevância explicativa em consonância com outros aspectos da análise, a exemplo de espaço, classe e gênero.

Na formação social brasileira os povos indígenas podem ser referidos a vários "tipos" de configuração espacial: habitações tradicionais (Novaes, 1983), trânsito entre o mundo natural e o sobrenatural, aldeamentos (lugares de encapsulamento espaciotemporal), a mobilidade espacial que resulta na significativa presença de índios migrantes nas cidades. Processo semelhante ocorre com a população negra, com o agravante da grande mobilidade forçada que foi o tráfico negreiro e imprimiu caráter transcontinental à diáspora negra. No Brasil os espaços ou "lugares próprios" dos segmentos negros seriam os quilombos, os terreiros das religiões afro-brasileiras, as irmandades religiosas de "homens pretos e pardos".

No Ceará os aldeamentos, agrupamentos espaciais que segregavam índios, deram origem a vilas e posteriormente bairros e cidades por todo o Ceará e em outras áreas do país (Petroni, 1995). Algumas das igrejas das irmandades negras permaneceram como testemunhos arquitetônicos de uma religião racialmente separada nas cidades de Fortaleza, Sobral, Icó, e Aracati.

O vasto campo composto pelo vínculo entre etnia/raça, cultura e espaço tem sido palmilhado por estudiosos ligados a diversos saberes disciplinares. Geógrafos culturais dirigem seu olhar para os grupos étnicos e raciais como "objetos de estudo" (Claval, 1997) e forjam as etnogeografias que na proposta de Paul Claval versam sobre o saber geográfico, as cosmologias, os códigos culturais e os conhecimentos

toponímicos dos grupos (Claval, 1995; 1992). Todo esse movimentar não se resume a uma moda ou a uma mera seleção de "novos objetos de estudo" para a geografia. Como nos sugere Joël Bonnemaïson (1981), etnia é uma das formas de apreender os grupos sociais, não apenas os ditos "tradicionais".

No caso do Brasil trata-se de reinterpretar o mito da democracia racial em sua dimensão geográfica em que se percebe tanto a existência de segregação espacial combinada com segregação étnico-racial quanto a formação habitual de territórios étnicos. Trata-se igualmente de constituir um saber que conjugue a reflexão sobre etnicidade e raça com a(s) teoria(s) acerca do espaço. O espaço é elemento constitutivo e produto de encontros/confrontos étnicos e raciais e a unidade de análise pode variar do território nacional à habitação familiar.

Parte da história do Brasil (ou diríamos de sua geografia) pode ser (re)vista a partir dos territórios étnicos. Etnias e raças se espacializam: na casa grande dos brancos ainda que estes fossem "mestiços" e que aquela "abrigasse" escravizados negros e empregados também mestiços; na senzala, habitação negra; no quilombo, composto por negros, ainda que comportasse índios e brancos dos segmentos pobres. O mundo rural e o espaço urbano brasileiros não são experienciados da mesma forma por brancos, negros e índios e demais etnias. Nem tudo está misturado e indistinto apesar dos nacionalismos e regionalismos que tendem a suprimir a raça e a etnia de seus conteúdos políticos.

No tocante ao espaço urbano podemos nos deter em vários momentos. Em primeiro lugar, nas décadas iniciais do século XX, em certas áreas do país, como, por exemplo, na cidade de São Paulo, quando havia uma série de agrupamentos de

imigrantes, judeus e negros configurando locais de predominância de nacionalidades e origens, não exatamente "guetos" exclusivos, assim como pontos e horários de lazer racialmente separados (Rolnik, 1997; 1989; Bernardo, 1998).

Nas grandes cidades é possível identificar territórios étnicos (ou raciais) demarcados pela música negra – samba e pagode (Pinho, 1999), *reggae* e *soul* (Silva, 1995), *funk*, *rap* (Souza & Nunes, 1996) – que podem ser igualmente locais de lazer e de encontros/confrontos culturais. Não é apenas a predominância negra no agrupamento que define racialmente um território e sim um conjunto de códigos e símbolos compartilhados, enfim, um modo de vida. Outros territórios rurais e urbanos podem ser mapeados ou "etnogeografados", sejam negros (Bittencourt Jr., 1996; Leite, 1991), indígenas (Arruti, 1996) ou vinculados a grupos de variadas identidades, além das três raças, pois o Brasil comporta espacialidades diversas qualificadas pelas relações étnicas e raciais.

A modernidade tardia, segundo Stuart Hall, é caracterizada pela descontinuidade e, igualmente, por uma alta reflexividade, o que leva a um "descentramento do sujeito" que vislumbra para si um repertório variado de identidades e inúmeras possibilidades de articulação entre estas (Hall, 2001). Num país multiétnico e plurirracial de passado escravista esse repertório de identidades vem embutido de desigualdades. A associação entre diversos planos identitários como classe, raça/etnia e gênero, dentre outros, ou o deslocamento entre eles constitui um processo intrincado para análise.

Para migrantes de (re)conhecida origem étnico-racial redefinem-se os vínculos com a terra natal, a aldeia, o quilombo face a uma tendência de

homogeneização cultural. Os brancos que, no máximo, apareciam como "étnicos" quando se abordava indivíduos ou grupos euro-brasileiros (italianos, portugueses, espanhóis, poloneses, alemães), possivelmente devem se manifestar enquanto tais face à emergência do outro e à politização das relações raciais<sup>15</sup>.

Raça e etnia não são categorias adversas à modernidade. Pelo contrário, constituem formulações que estruturam formações sociais inteiras e permitem articulações musicais e políticas, por exemplo, entre os negros em diáspora pelo Atlântico (GILROY, 2001). Pode-se afirmar que está em curso no mundo um processo de racialização e de etnicização das relações sociais. O jogo de espelhos da identidade cultural, étnica ou racial – sempre contrastiva – nos remete para uma dimensão espacial e suscita análises geoculturais ou etnogeográficas. Há um campo a descortinar e interseções a fazer entre o étnico, o racial, o local, o regional, o nacional e o popular. Existe um terreno propício para que a Geografia se envolva com esse encontro/confronto teórico que implica em trazer etnia e raça para dentro de suas análises, assim como o fizemos com a "cultura".

Como exemplo estimulante retomo o geógrafo Milton Santos que, numa inflexão de sua carreira, instigado por motivações pessoais, pela mídia, pela academia e pelos movimentos negros, passou a tratar desse tema não como um especialista, mas como indivíduo negro, geógrafo, pensador e cidadão, associando a corporeidade, a individualidade e a cidadania (Santos, 1999)<sup>16</sup>. Ver a Geografia e os(as) geógrafos(as) adentrando na vasta temática étnico-racial talvez dependa, como ocorreu em outros campos disciplinares, de uma mudança no olhar como nos exige o poeta:

*Garoa do meu São Paulo*  
- *Timbre triste de martírios* -  
*Um negro vem vindo, é branco!*  
*Só bem perto fica negro,*  
*Passa e torna a ficar branco.*

*Meu São Paulo da garoa,*  
- *Londres das neblinas finas* —  
*Um pobre vem vindo, é rico!*  
*Só bem perto fica pobre,*  
*Passa e torna a ficar rico.*

*Garoa do meu São Paulo,*  
- *Costureira de malditos* -  
*Vem um rico, vem um branco,*  
*São sempre brancos e ricos...*

*Garoa, sai dos meus olhos*

*Mário de Andrade - Lira Paulistana, 1944*

#### NOTAS

Proposta de comunicação para o 3º Simpósio Nacional sobre Espaço e Cultura, tema Espaço e "Encounter", a realizar-se de 21 a 27 de outubro de 2002 na UERJ. Parte das idéias expostas aqui emergiram ou ganharam impulso a partir dos debates com alunas(os) da disciplina Geografia e Antropologia, Territórios e Grupos Humanos que ministrei no início de 2002 no Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia da UFC.

<sup>1</sup> O livro citado tem por título e subtítulo *Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil*. Trata-se de uma coletânea de ensaios publicada originalmente em 1988 e que pode ser vinculada ao vasto e variado campo que se denomina Geografia Cultural. Antônio Carlos Robert Moraes foi o orientador da minha pesquisa de mestrado (1993-1996).

<sup>2</sup> Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial por José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, em 9/10/1863. Outros documentos trocados entre a corte e a

província, desde 1850, contêm teor semelhante (CARNEIRO DA CUNHA, 1992: 213-214).

<sup>3</sup> Iracema, Martim e Moacir compõem uma cena imortalizada em monumento fixado na Praia do Mucuripe, em Fortaleza, um quadro distinto daquele contido nas páginas iniciais do romance de Alencar, quando a Índia já havia morrido.

<sup>4</sup> Esse assunto está tratado de forma mais detalhada em outros trabalhos nossos, inclusive no que diz respeito a fontes (RATTS, 1998; 1996a; 1996b).

<sup>6</sup> Outros grupos (étnicos, raciais ou nacionais) presentes no território cearense, como ciganos, judeus, sírio-libaneses e "orientais", mereceram atenção ainda menor no âmbito das Ciências Sociais.

<sup>6</sup> A invisibilidade e o processo de emergência indígena no Nordeste, incluindo o caso cearense, vêm sendo revistos por pesquisadores(as) vinculados(as) a diversos núcleos do Nordeste e do Sudeste. Para apreender parte dessa produção, consultar: PORTO ALEGRE, 1994; OLIVEIRA, 1999.

<sup>7</sup> É necessário registrar o pronto apoio da AGB às demandas dos Tapeba, sobretudo na pessoa do geógrafo José Borzachiello da Silva.

<sup>8</sup> Uma exceção se percebia numa parte do trabalho de Regina Sader (1992) que foi fundamental em nossa trajetória.

<sup>9</sup> Através da profa. Maria Geralda de Almeida na UFC (hoje na UFG) que havia concluído pós-doutorado nesse campo, com Paul Claval. Cf. ALMEIDA, 1993.

<sup>10</sup> Para uma abordagem dos deslocamento na noção de território conferir: MORAES, 2000: 15-27.

<sup>11</sup> Nessa abordagem do território devemos declarar que nos aproximamos das formulações de Rogério Haesbaert, geógrafo cujo trabalho até recentemente pouco líamos e utilizávamos (Cf. dentre outras obras suas: HAESBAERT, 2002: 118-121). Cabe ressaltar que a noção de **território negro** tem um caminho próprio na ciência social brasileira entre estudiosos das casas de culto afro-brasileiro, dos locais de lazer da juventude negra e das comunidades negras rurais (Cf. SODRÉ, 1988; BANDEIRA, 1988; GUSMÃO, 1995; RATTS, 2001).

<sup>12</sup> Esses núcleos, bem como a localidade de Lagoa da Encantada, habitada por um grupo que veio a ser reconhecido como indígena, foram identificados por pesquisadores(as) ligados(as) ao Núcleo de Geografia Aplicada da Universidade Estadual do Ceará (NUGA-UECE, 1983).

- <sup>13</sup> IBGE. Censo 2000. Resultados preliminares ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)).
- <sup>14</sup> Há casos estudados de migrantes oriundos de remanescentes de quilombos (RATTS, 2001) e de áreas indígenas (Cf. Revista Travessia Nº 24. 1996).
- <sup>15</sup> No momento em que se discute pouco e de modo fragmentado a adoção de ações afirmativas dirigidas para negros(as), posições contrárias afirmam que elas prejudicariam os "brancos pobres" segmento raramente evidenciado nas relações raciais brasileiras. Essa expressão conjuga notoriamente raça e classe.
- <sup>16</sup> Cf. também: Milton Santos. Folha de São Paulo, 07/05/2000.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, José de. *Iracema: lenda do Ceará*. 33ª ed. São Paulo: Ática, 1998 [1865].
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Quilombos: sematologia face a novas identidades. In: Projeto Vida de Negro (Org.) Frechal: *quilombo reconhecido como reserva extrativista*. São Luís: SMDDH/CCN, 1996, pp. 11-19.
- . "Terras de preto, terras de santo e terras de índio: posse comunal e conflito". *Revista Humanidades*, Nº 15. Brasília. 1988. Ano IV. UnB.
- ALMEIDA, Maria Geralda de. Geografia Cultural e geógrafos culturalistas: uma leitura francesa. Florianópolis, *Geo-Sul*, No. 15, 1993, pp. 35-47.
- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. *Territórios das comunidades remanescentes de antigos quilombos no Brasil*. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2000.
- ARARIPE, Tristão de Alencar. *História da Província do Ceará: Desde os Tempos Primitivos até 1850*. Recife, Tipografia do Jornal de Recife. 1958 [1867].
- ARRUTI, José Maurício Andion. O reencantamento do mundo: trama histórica e arranjos territoriais Pankararu. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Rio de Janeiro, 1996. PPGAS/MN/UFRJ.
- BANDEIRA, Maria de Lourdes. *Território negro em espaço branco: estudo antropológico de Vila Bela*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BARTH, Fredrik (ed.) *Ethnic Groups and Boundaries: the social organization of culture difference*. Bergen-Oslo, Universitates Forlaget/London, George Aleen & Unwin. 1969.
- BERNARDO, Teresinha. *Memória em Branco e Preto: olhares sobre São Paulo*. São Paulo: EDUC, 1998.
- BEZERRA, Antônio. *Os Caboclos de Montemor*. *Revista do Instituto do Ceará*, Tomo XXX, 1916, pp. 279- 302.
- BITTENCOURT JR., Iosvaldyr. "A esquina do Zaire: territorialidade negra urbana em Porto Alegre". In: LEITE, Ilka. *Boaventura Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis, Letras Contemporâneas, 1996, pp. 215-225.
- BONNEMAISON, Joël. *Voyage autour du terroir*. *L'Espace Géographique*, nº 4, 1981, pp. 249-262.
- CAMPOS, Eduardo. *As irmandades religiosas do Ceará provincial: apontamentos para sua história*. Fortaleza Secretaria de Cultura e Desporto, 1980.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.) *Legislação indigenista no século XIX: uma compilação (1808-1889)*. São Paulo: Comissão Pró-Índio/EDUSP, 1992.
- . *Antropologia do Brasil: Mito, História e Etnicidade*. 2 ed. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- CLAVAL, Paul. *As abordagens da geografia cultural*. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.) *Explorações Geográficas: percursos no fim de século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, pp. 89-117.
- . *Conclusion*. In: CLAVAL, Paul & SINGARAVELOU (Orgs.) *Ethnographies*. Paris: L'Harmattan, 1995, pp.363-370.
- . *Champs et Perspectives de la Géographie Culturelle*. Paris, *Géographie et Cultures*. Nº 1, CEGET, 1992, pp. 07-38.
- DAMATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à Antropologia Social*. 4 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- . *Quanto custa ser índio no Brasil? Considerações sobre o problema da identidade étnica*. Rio de Janeiro: Dados 13, 1976.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Versão digital. 1993.
- FUNAI. GT-Tremembé: relatório do Grupo Técnico criado pela Portaria do Presidente de No. 1.366, de 04/09/1992 (mimeo).1992.
- Fundação Cultural Palmares. *Palmares em Revista Nº 5*. Brasília, Fundação Cultural Palmares. 2000.
- GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo, Ed. 34/Rio de Janeiro. Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos..
- GIRÃO, Raimundo. *Pequena História do Ceará*. Fortaleza: Edições UFC, 1971[1953].
- . *A Abolição no Ceará*. Fortaleza: Secretaria de Cultura do Ceará, 1969 [1956].
- GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. *Caminhos Transversos: território e cidadania negra*. In: O'DWYER, Eliane C. (Org.) *Terra de Quilombos*. Rio de Janeiro: ABA, 1995, pp. 61-119.
- HAESBAERT, Rogério. *Territórios alternativos*. Niterói: EDUFF/São Paulo, Contexto, 2002.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.
- IBGE. *Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendaju*. Rio de Janeiro. 1987. IBGE.
- LEITE, Ilka Boaventura (org.). *Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.
- . *Território Negro em área Rural e Urbana: algumas questões*. *Textos e Debates* No. 2. Florianópolis NUER/UFSC, 1991, pp. 39-46.
- MARTINS, José de Sousa. *A Chegada do Estranho*. São Paulo: HUCITEC, 1993.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no "longo" século XVI*. São Paulo: HUCITEC, 2000.
- . *Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil*. 3 ed. São Paulo: HUCITEC 1996 [1988].
- NOGUEIRA, João. "Os Congos". *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo XLVIII, 1934, pp. 89-115.
- NOVAES, Sylvia Caiuby. *Jogo de Espelhos: imagens da representação de si através dos outros*. São Paulo: EDUSP, 1993.
- (org.) *Habitações indígenas*. São Paulo: Nobel/EDUSP, 1983.

- NUGA-UECE. Contribuição ao Estudo Integrado da Paisagem e dos Ecossistemas da Área do Município de Aquiraz – CE. Relatório Final. Fortaleza: NUGA-UECE (Núcleo de Geografia Aplicada – Universidade Estadual do Ceará), 1983.
- O'DWYER, Eliane Cantarino. *Quilombos: Identidade Étnica e Territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas/Fundação Ford, 2002.
- OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.
- OLIVEIRA SILVA, Pedro Alberto de. *Declínio da Escravidão no Ceará*. Recife: UFPE, 1988.
- PETRONE, Pasquale. *Aldementos Paulistas*. São Paulo: EDUSP, 1995.
- PINHO, Osmundo de A. "Alternativos e Pagodeiros: Notas Etnográficas sobre Territorialidade e Relações Raciais no Centro Histórico de Salvador". *Estudos Afro-Asiáticos*, n.º 34. Rio de Janeiro, Universidade Cândido Mendes, 1999, pp. 35-48.
- PORTO ALEGRE, Maria Sylvia et alli (orgs.). Documentos para a História Indígena no Nordeste: Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe. São Paulo: NHII-USP/FAPESP, Fortaleza, Governo do Estado do Ceará, 1994, pp. 15-40.
- PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Cultura e História: sobre o desaparecimento dos povos indígenas. *Revista de Ciências Sociais*, N.º 13-14 (1-2). Fortaleza, 1992, pp. 213-225.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993 [1980].
- RATTS, Alecsandro J. P. *O mundo é grande e a nação também: identidade e mobilidade em territórios negros*. Tese de doutorado em Antropologia. São Paulo, FFLCH-USP (mimeo). 2001.
- . "(Re)conhecer quilombos no território brasileiro: estudos e mobilizações". In: FONSECA, Maria Nazareth S. (Org.) *Brasil Afro-Brasileiro*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000, pp. 307-326.
- . *Almofala dos Tremembé: a configuração de um território indígena*. Cadernos de Campo. São Paulo: PPGAS-USP, 1999, pp. 61-81.
- . *Os Povos Invisíveis: territórios negros e indígenas no Ceará*. São Paulo, Cadernos CERU, Série 2, N.º 9. São Paulo, 1998, pp. 109-127.
- . *Fronteiras invisíveis: territórios negros e indígenas no Ceará*. Dissertação de mestrado em geografia. São Paulo, FFLCH-USP (mimeo). 1996a
- . *Conceição dos Caetano: memória coletiva e território negro*. Palmares em Revista N.º 1. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 1996, pp. 97-115.
- RATZEL, Friedrich. "Geografia do Homem (Antropogeografia) / As Raças Humanas". In: MORAES, Antônio Carlos Robert. (org.). *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1990, pp. 32-107 / 108-150.
- RIEDEL, Oswaldo de Oliveira. *Perspectiva Antropológica do Escravo no Ceará*. Fortaleza: Edições UFC, 1988.
- ROLNIK, Raquel (1997) Fronteiras: a unicidade da lei e a multiplicidade dos territórios. In:—. *A Cidade e a Lei*. São Paulo, Nobel/FAPESP, pp. 59-100.
- . *Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e no Rio de Janeiro*. Estudos Afro-Asiáticos 17, Rio de Janeiro, 1989, pp. 29-41.
- SADER, Regina. Indígenas e camponeses: uma relação de conflitos. *Boletim de Geografia Teórica*. Vol. 22 (43-44), 1992, pp. 79-84.
- SANTOS, Milton. "As exclusões da globalização: pobres e negros". In: FERREIRA, Antônio Mário (Org.) *Na própria pele, os negros no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: CORAG/Secretaria de Estado da Cultura, 2000.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SERAINÉ, Florival. "Sobre o Torém (dança de procedência indígena)". *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza. Tomo LXIX, Instituto do Ceará, 1955, pp. 72-87.
- SILVA, Carlos Benedito Rodrigues. *Da Terra das Primaveras à Ilha do Amor: reggae, lazer e identidade cultural*. São Luís: EDUFMA, 1995.
- . " 'Black Soul': aglutinação espontânea ou identidade étnica. Uma contribuição ao estudo das manifestações culturais no meio negro". *Ciências Sociais Hoje*, Vol. 2. ANPOCS, pp. 245-262.
- SODRÉ, Muniz. *O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Introdução à Geografia: Geografia e Ideologia*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1982.
- SORRE, Max. *L'Homme sur la Terre*. Paris : Hachette, 1961.
- . *Les migration de peuples*. Paris : Flammarion, 1955.
- SOUZA, Angela Maria de & NUNES, Margarete Fagundes. 'Rap – Ritmo, Poesia e Negritude'. In: LEITE, Ilka B. (org.) *Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis, Letras Contemporâneas, 1996, pp. 193-213.

## ABSTRACT

ON THE CONTEMPRARY WORLD THE RACES AND ETHNIES REDEFINY AND SPATIALIZE THEMSELVES ON ENCOUNTER RELATIONS. IN THE BRAZILIAN CASE, THE MYTH OF RACIAL DEMOCRACY CAN BE SEE LIKE AN NATIONAL GEOGRAPHIC IDEOLOGY REGIONALLY TALLED. THIS ARTICLE POINTS LECTURES OF GEOGRAPHERS WHO APPROACHED THESE THEMES AND REFLECTS THE SITUATION OF INDIGENOUS AND BLACK PEOPLE TERRITORIES ON BRAZIL.

**KEYWORDS:** BLACK PEOPLE, INDIGENOUS PEOPLE, SPATIALITY, GEOGRAPHY.